



Saúde e Qualidade de Vida: Políticas de Estado e Desenvolvimento

# RELATÓRIO

**CMS** CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE PELOTAS **PEL**



Prefeitura Municipal de Pelotas  
Secretaria de Saúde

**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PELOTAS  
OITAVA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Comissão Organizadora**

**Francisco Neto de Assis  
Jacqueline da Silva Dutra  
Francisco Isaias  
Ana Lúcia Afonso Pires da Costa  
Eleusa Schiavon**

**RELATÓRIO**

**RELATÓRIO:** Convocada pelo Decreto Municipal nº 4.969 de 14 de junho de 2007 foi realizada nos dias 27 e 28 de julho de 2007, nas dependências do CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica, a Oitava Conferência Municipal de Saúde (8ª CMS), como Etapa Municipal da 13ª Conferência Nacional de Saúde, que será realizada entre 14 e 18 de novembro de 2007. A abertura da 8ª CMS, conforme programada ocorreu às 19 horas do dia 27 quando usaram a palavra o senhor presidente do Conselho Municipal de Saúde de Pelotas, Francisco Neto de Assis, seguido pelo senhor Secretário Municipal de Saúde, Francisco Isaías e, por último, o senhor Prefeito Municipal, Adolfo Antônio Fetter Júnior. Logo após a abertura ocorreu à primeira reunião de trabalho quando o Plenário apreciou e deliberou pela aprovação do Regimento Interno da 8ª CMS, anexo a este relatório. Imediatamente após ocorreram duas exposições seguidas de debate, intituladas “A Participação da Sociedade na Efetivação do Direito Humano à Saúde” e “Ambiente e Saúde, respectivamente, pelos expositores Profa. Andrea Heidrich e Biólogo Antônio Farias de Oliveira. No dia seguinte, 28/07/07, foi realizada, entre 8h30m horas e 12h30m, com intervalo de 15 minutos, uma mesa redonda com o tema “Saúde e Qualidade de Vida” com a participação de representantes das Secretarias de Segurança, Transporte e Trânsito, Educação, Habitação, Qualidade Ambiental, Cidadania, Desenvolvimento e do SANEP. No intervalo dessa atividade, foi encerrado o credenciamento de Delegados tendo sido computados a inscrição de 281 delegados assim segmentados: Usuários, 158 (56,2%); Trabalhadores, 102 (36,3%); Prestadores, 8 (2,8%) e Gestores, 13 (4,6%). Os trabalhos foram reiniciados às 14 horas com a formação de cinco Grupos de Discussão, que elaboraram propostas orientadas para três Grupos Temáticos: Grupo 1 - Desenvolvimento da Cidadania e Fortalecimento do Controle Social; Grupo 2 - Melhoria das Condições de Trabalho e Desprecarização dos Recursos Humanos e Grupo 3 - Estruturação da Gestão Intra e Intersetorial. O trabalho dos Grupos de Discussão se estendeu até as 17 horas quando se iniciou a Plenária Final, que se prolongou até as 21 horas no final da qual foram aprovadas as seguintes Propostas e Moções:

### Grupo 1 - Desenvolvimento da Cidadania e Fortalecimento do Controle Social

- ✓ Que sejam desenvolvidas ações para o efetivo estabelecimento de uma rede de controle social articulada com a mobilização dos Conselhos Gestores e Conselhos Distritais com orientação à comunidade de como participar do controle social de forma voluntária através das associações de bairro e demais associações e movimentos comunitários enfatizando a participação do CMS nos conselhos distritais.
- ✓ Que sejam priorizadas as ações globais e políticas de saúde pública que beneficiem essencialmente os usuários e trabalhadores do sistema, priorizando ações preventivas, vendo o indivíduo na sua integralidade, respeitando peculiaridades regionais e que haja divulgação das políticas de saúde para a comunidade
- ✓ Que além de definidos e divulgados com clareza e transparência os critérios para a liberação de passes de ônibus seja estabelecida interlocução imediata com as áreas de cidadania e transportes para discussão e modificação dos critérios com atenção especial aos usuários com transtornos mentais graves e persistentes e outras patologias crônicas validando as condutas e encaminhamentos dos membros de equipe multidisciplinar.

- ✓ Proporcionar educação permanente aos conselheiros de saúde e usuários do SUS.
- ✓ Fortalecer e proporcionar meios necessários para maior agilidade da comissão fiscalizadora do CMS.
- ✓ Exigir cumprimento da Lei Municipal que fala da obrigatoriedade da lotação e horário de todas as equipes de UBS e CAPS.
- ✓ Maior divulgação e estimulação por parte do CMS e SMS para a participação de usuários e trabalhadores nas conferências de saúde.
- ✓ Desenvolver políticas de humanização para os trabalhadores e serviços de saúde.
- ✓ Que se inclua no currículo escolar público e das faculdades em geral a discussão dos direitos e deveres do cidadão contemplando o SUS
- ✓ Que seja retomada pelo ministério de educação e MS do projeto VERSUS, com vistas a promover a interdisciplinaridade e propagação do SUS no meio acadêmico.
- ✓ Que os conteúdos de educação em saúde e a rede municipal do SUS faça parte do currículo dos alunos do ensino fundamental e médio do município de Pelotas.
- ✓ Que sejam implementadas de fato as propostas tiradas nas conferências de saúde

## Grupo 2 - Melhoria das Condições de Trabalho e Desprecarização dos Recursos Humanos

- ✓ Desenvolver ações para a efetiva qualificação e valorização dos recursos humanos da saúde e exigindo total cumprimento entre as partes na rede de atendimento da saúde pública. Melhoria das condições de trabalho e desprecarização dos recursos humanos. Qualificação da gestão, especificamente, na atenção básica. Discussão junto ao controle social de normatização dos critérios de formação dos profissionais de níveis técnicos e superior com ênfase nas necessidades do SUS. Criação de Plano de cargos, carreira e salários do SUS valorizando a formação para a saúde pública.
- ✓ Resolver em prazo curto a problemática de contratação de pessoal para todos os serviços de saúde da rede pública municipal, entre os quais ESF, SAMU e Pronto Socorro, CAPS, UBS e outros, com contratação que inclua critérios claros de concurso ou seleção pública considerando perfil profissional e qualificação.
- ✓ Que sejam definidos critérios claros e estratégias tanto para utilização de ambulância para remoção como dos veículos de utilização geral da SMS, além de humanização do serviço SAMU. Os critérios deverão ser construídos com participação do controle social e do ministério público sendo os critérios divulgados educando a população para o uso correto dos serviços.
- ✓ Equipar as Unidades de Saúde com as condições físicas adequadas, equipamentos e materiais necessários, incluindo segurança para a garantia dessas instalações e equipe completa.
- ✓ Exigir das universidades e dos conselhos profissionais da área da saúde, reestruturação curricular voltada para uma formação que contemple as diretrizes e necessidades do SUS.
- ✓ Incluir nos currículos dos alunos de ensino fundamental e médio, discussões dos direitos e deveres do cidadão, incluindo o SUS.
- ✓ Rediscutir no CMSPel o funcionamento da rede de saúde mental.
- ✓ Implantação de plano de carreira para servidor da saúde.

- ✓ Relacionar com a política de RH condigna, isonomia salarial entre as mesmas categorias de profissionais nos níveis federal, estadual e municipal e estabelecimento urgente e imediato de planos e cargos de salário do SUS, conforme artigo 39 parágrafo 1º da Constituição Federal que estabelece o princípio da isonomia.

### **Grupo 3 - Estruturação da Gestão Intra e Intersetorial**

- ✓ Que seja efetivamente implantada uma política de assistência farmacêutica com mecanismos de regulação claros e bem definidos, visando a solucionar os problemas de falta, má distribuição geográfica e sazonal, desperdício, protocolo de prescrição e falhas no processo de licitação, instrumentalizando as Unidades de Saúde com a contratação dos profissionais necessários e sistema de informação e segurança.
- ✓ Implantar em prazo curto sistema de regulação de consultas, exames e outros procedimentos com protocolos claros e bem divulgados na rede de atendimento da saúde pública.
- ✓ Que sejam implantadas formas e práticas de interlocução (reuniões, boletins, intranet, etc.) como caminho para a intra e intersectorialidade na gestão, no planejamento e execução dos serviços de saúde, incluindo outros setores da gestão municipal além da saúde.
- ✓ Que seja garantida a inserção de um código no sistema de cadastro SIA/SUS, referente às ações dos agentes redutores de danos, em específico visando com isso um maior controle das ações de prevenção e de promoção de saúde na rede de atenção básica.
- ✓ Que seja garantido o sistema de referência e contra-referência.
- ✓ Que seja criado local de atendimento aos adolescentes usuários de drogas, garantindo-lhes a inclusão social, através do tratamento interdisciplinar.
- ✓ Que seja garantido o atendimento de saúde em geral aos usuários de drogas (UBS, CAPS, etc.).
- ✓ Que seja incluído a equipe de saúde bucal na estratégia de saúde da família.
- ✓ Que seja garantido, efetivado e facilitado o acesso em todas as instituições que fazem parte do SUS das atividades de ensino, pesquisa para alunos de graduação e pós graduação da área da saúde.
- ✓ repasse integral dos recursos arrecadados com a CPMF, para os gastos com atenção à saúde
- ✓ Que haja imediato cumprimento da EC 29 com penalizações severas aos governantes que deixarem de cumpri-las.
- ✓ Que seja reajustado a curto prazo dos procedimentos de média complexidade desde as AIHs até exames e consultas ambulatoriais
- ✓ que o cálculo de repasses dos recursos da saúde para os municípios seja com base na necessidade local da região.
- ✓ Que seja aumentado os recursos destinados à aquisição de medicamentos para rede básica de saúde.
- ✓ que o MS adote medidas para ampliar a produção de medicamentos nas indústrias públicas de medicamentos e atenda em especial às demandas regionais com ênfase na atenção básica.
- ✓ Que seja revista a época de vacinação considerando as características climáticas da nossa região para a vacina da gripe.

- ✓ Que sejam criados mecanismos e estratégias que garantam o atendimento nas especialidades de maior demanda reprimida, entre elas vincular a alta complexidade ao atendimento ambulatorial.
- ✓ Que o Ministério da Saúde faça grande campanha de conscientização da população, em especial dos agricultores sobre a utilização de agrotóxicos e produtos químicos em razão dos grandes prejuízos que trazem à saúde.
- ✓ Que a ANVISA e as vigilâncias municipais em saúde ampliem a fiscalização no comércio de medicamentos e agrotóxicos.
- ✓ Que seja revista a curto prazo o contrato com os prestadores de serviço ao SUS do município de Pelotas
- ✓ Que a SMS intervenha de imediato para resolução do serviço de traumatologia no município de abrangência regional, conforme legislação vigente
- ✓ Que seja cobrado o funcionamento do serviço de pronto atendimento da UFPEL junto ao terminal rodoviário.
- ✓ Que seja analisada a possibilidade de criação de um serviço público de laboratório com serviço móvel para coleta de exames clínicos nas Unidades de Saúde do município, priorizando a zona rural.
- ✓ Que haja agilização de implantação do PID (programa de internação domiciliar) no município, com prioridade para pacientes crônicos, com a finalidade de dar maior rotatividade aos leitos do SUS, nos hospitais locais.
- ✓ Que se cobre da UFPEL a utilização do prédio onde se localizava o antigo Hospital Santa Tereza, reformado com recursos do SUS.
- ✓ Que seja agilizada a efetivação dos convênios do Cerest Macrosul com os municípios da região.
- ✓ Que sejam implementadas as terapias complementares na rede básica de saúde, conforme legislação.
- ✓ Que se aumente os leitos de UTI destinados ao SUS com regulação de todos os leitos da cidade pela Central de Leitos com funcionamento 24 horas.
- ✓ Que sejam contratados Engenheiros Agrônomos para compor a equipe de vigilância em saúde com a finalidade de fiscalizar o comércio de agrotóxicos e orientar os agricultores sobre a utilização do mesmo.
- ✓ Que seja reorganizada a partir de discussão e pactuação com os trabalhadores a otimização dos profissionais concursados, respondendo à necessidade de funcionamento adequado e resolutividade dos serviços de saúde do município.
- ✓ Que seja ampliada a rede de saúde mental, incluindo outros dispositivos que garantam a efetiva reforma psiquiátrica como cadastramento e regulação de leitos psiquiátricos em hospital geral com atendimento de urgência, implantação do CAPS infantil, CAPS III, e serviços residenciais terapêuticos.
- ✓ Que seja viabilizado e apoiado o CEREST na Macro Região Sul naquilo que é de responsabilidade e compromisso do município.
- ✓ Que, efetivamente, seja implantada a saúde do trabalhador no Município

#### Moções Gerais:

- ✓ Os delegados da 8ª Conferência Municipal de Saúde de Pelotas aprovam e encaminham ao Executivo Municipal, à Câmara de Vereadores e ao Conselho Municipal de Saúde, a imediata construção dos Consórcios Intermunicipais, para que através deste seja articulado um conjunto de municípios para, entre outras tarefas, regular demanda, executar compras coletivas, acesso ao leito

hospitalar, à urgência e emergência, à exames laboratoriais e acesso à média e alta complexidade.

- ✓ Os delegados da 8ª Conferência Municipal de Saúde de Pelotas manifestam a necessidade da inclusão dos cursos de Biologia, Educação Física, Administração de Sistemas e Serviços de Saúde e Administração Hospitalar como cursos da área da saúde, por sua natureza e aplicação voltada para o fortalecimento do SUS.

#### Moções de Repúdio

- ✓ Pela morosidade na efetiva implantação dos centros de especialidades odontológicas, já que a saúde bucal necessita de referências de média complexidade, pois reflete diretamente na qualidade de vida da população.
- ✓ Os Delegados da 8ª Conferência Municipal de Saúde de Pelotas/RS vem se posicionar veemente contrária à implantação do ente Jurídico Fundação Estatal de Direito Privado para gerir os Hospitais Universitários das Universidades Federais Brasileiras, ou, qualquer outro setor do serviço público Federal, Estadual e Municipal, com a compreensão de que todos os serviços públicos são típicos de Estado e que mais especificamente, Educação, Saúde, Previdência e Assistência Social, são áreas onde o Estado deve reclamar para si a oferta dos serviços, por se tratar de direitos básicos, universais e garantidos na Constituição. Que os Hospitais Universitários continuem a garantir o Ensino, Pesquisa e Extensão, vinculada à assistência integrada na rede SUS, entendendo que o Hospital Universitário deve ofertar à população serviços públicos de qualidade, enquanto cumpre com seu papel de formação de profissionais para atuação na área de saúde e construção de conhecimentos, em linha de pesquisa que avancem na busca de soluções para as questões de saúde desde a atenção básica até os serviços mais especializados, construindo uma intervenção de qualidade e de referência na rede SUS, na defesa da saúde com qualidade social, como dever do Estado e direito de todos. Pelotas/RS, 28 de Julho de 2007.
- ✓ À Reitoria a UFPEL por não dar prioridade à implantação do atendimento aos serviços de saúde nos prédios construídos com recursos públicos, na Rua Marechal Deodoro (antigo Santa Tereza) e no Terminal Rodoviário (Paliteiro).
- ✓ À Administração Municipal de Pelotas pela demora e falta de prioridade para a implantação das atividades do CEREST Local, o que vem acarretando prejuízos à implantação do serviço de atendimento de saúde do trabalhador na Região Sul.

#### Moções de Recomendação

- ✓ À Reitoria da UFPEL e da Administração da Secretária Municipal de Saúde para ativar plenamente a utilização de equipamentos destinados ao atendimento de Oftalmologia e Otorrinolaringologia que estão sub utilizados no prédio da Faculdade de Medicina, na Avenida Duque de Caxias, assim como utilizar os equipamentos para serviços de Fonoaudiologia que estão encaixotados no mesmo prédio, há vários anos.
- ✓ Que na próxima Conferência Municipal de Saúde sejam apresentados os indicadores de saúde do município, com o diagnóstico da realidade local e maior tempo para a discussão e formulação das propostas.